

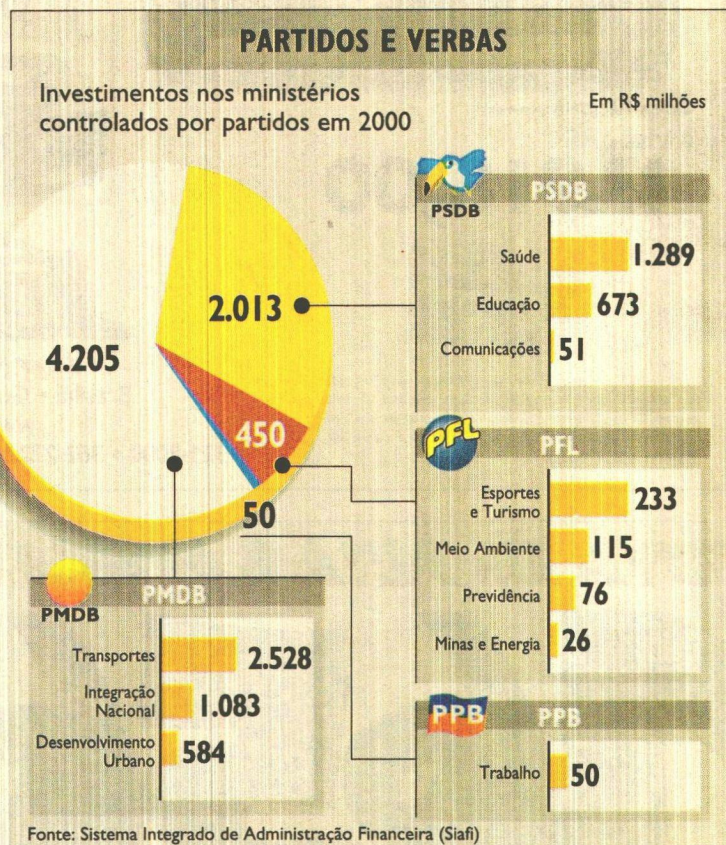
A disputa por um ministério

Paulo Silva Pinto
Da equipe do **Correio**

Por que um partido persegue cargos no governo? O senador José Jorge, futuro ministro de FHC, tem uma explicação singela para a questão: a importância é principalmente simbólica. “Uma vez fui a um encontro de partidos liberais na Alemanha e contei que o PFL tinha no Brasil o vice-presidente, quatro ministros, seis governadores e 15 mil vereadores. Ficaram todos de boca aberta”, relata.

Há uma dose de pragmatismo na explicação. Afinal, o prestígio pode garantir a sobrevivência nas urnas. Mas não se deve imaginar que os ministros — e os partidos — fiquem contentes só de ostentar os cargos que têm. O prestígio depende também do dinheiro administrado em cada pasta.

No ano passado, as áreas do governo administradas por nomes do PMDB tiveram R\$ 4,205 bilhões para investir. Foram de longe os mais bem aquinhoados na execução orçamentária da União. O PSDB controla dois ministérios grandes, o da Educação e o da Saúde. Mas é proporcionalmente pequena a parcela de recursos nessas duas áreas destinada a in-



vestimentos. No ano passado, o Ministério da Saúde ficou com R\$ 1,289 bilhão e o da Educação com R\$ 673 milhões. Somando-se com o Ministério das Comunicações, são R\$ 2,013 bilhões para os tucanos (veja quadro).

O maior orçamento da Espla-

nada é o da Previdência: R\$ 70 bilhões. Quase todo o dinheiro, porém, é destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões. Sobra só um milésimo disso para investimentos. Somando-se com os recursos dos ministérios do Meio Ambiente, Minas e Energia

e Esportes e Turismo, são R\$ 450 milhões. Dos três maiores partidos da base, o PFL é de longe o que menos recursos tem para investimentos.

Para o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), a conta é irrelevante. “Esse seria um critério mesquinho para avaliar a atuação política”, diz. O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), secretário-geral do partido, afirma que a divisão não teria importância se a distribuição dos investimentos de todas as áreas contemplasse as bases políticas do PFL. “No primeiro mandato do presidente Fernando Henrique isso funcionava desse modo. Mas agora não é mais assim”.

Para o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), recursos não são a única coisa importante. “O ministro do Meio Ambiente (José Sarney Filho, do PFL) tem grande exposição na mídia, independentemente de obras”. Além disso, ele argumenta que os recursos têm pesos diferentes em cada área. “Para fazer estradas é necessário muito dinheiro. Mas para fazer uma barragem e um açude, uma obra de grande repercussão social, bastam R\$ 100 mil”. O primeiro tipo de obra cabe ao Ministério dos Transportes. O segundo, ao da Integração Nacional — ambos do PMDB.